

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: A esperança voltou	2
Título: Diesel mais caro, mesmo com subsídio	2
Título: Estatal não atende Moreira e mantém paralisação de plataforma.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Polícia prende 8 executivos de distribuidoras	4
Título: Preço do petróleo cai, mas governo mantém valor do diesel e do subsídio	6
Título: Importação de gás compensa parada de plataforma	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Oito são presos por controle de preço de combustível.....	8
Título: Justiça bloqueia bens de acusados de cartel no DF	9
Título: Apagão deixa 80% de Caracas sem luz e expõe crise energética	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Etanol fica mais barato no DF	11
Título: Desconto será mantido	12
Título: Petroleira confirma interesse no Brasil	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Seca mais intensa já pressiona tarifa de 2019	14
Título: Reservatórios têm queda e Sudeste fica com nível inferior ao do Nordeste	17
Título: Justiça veta doação de usina à Bolívia e estatal devolve R\$ 73 mi à União.....	18
Título: Aneel aprova leilão com novo contrato para eólicas	20
Título: Subsídio do diesel será mantido, mas preço pode variar, diz Padilha	21
Título: Arrecadação sobre grandes campos bate recorde	23

Título: BNDES estima aportes de R\$ 1 bi em PPPs de iluminação	24
Título: Destaques	25
Título: Metais sofrem em julho com disputa entre China e EUA.....	26
Título: Operação prendeu suspeitos de cartel em combustíveis.....	28
Título: Cteep otimiza investimentos para aumentar rentabilidade de projetos	29

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A esperança voltou

A Petrobras está prestes a anunciar as bases do acordo pelo qual a chinesa CNPC participará da conclusão do Comperj, o complexo petroquímico de Itaboraí (RJ). A carta de intenções entre as duas partes foi assinada há um mês.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez, Manoel Ventura, Karla Gamba e Gabriel Martins

Título: Diesel mais caro, mesmo com subsídio

Preço na refinaria seria menor com antiga política de preços da Petrobras

O governo decidiu prorrogar até o fim do ano o subsídio para o preço do diesel. O custo para o país de manter o preço reduzido do combustível — principal medida adotada pelo governo para chegar ao acordo que encerrou a greve dos caminhoneiros, em maio — é estimado em R\$ 13,5 bilhões, dos quais R\$ 9,5 bilhões são o custo direto do Tesouro e R\$ 4 bilhões são referentes à redução de impostos. Mesmo com toda essa complexa (e custosa) operação, o diesel nas refinarias hoje é mais caro do que seria caso a Petrobras tivesse mantido sua política de reajuste.

Segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o valor na refinaria seria de R\$ 1,9969 por litro, patamar 1,7% abaixo do preço atual, de R\$ 2,0316, congelado pelo governo desde junho.

Para o consumidor final, até agora, a redução de preços ficou abaixo das expectativas. O desconto total dado pelo governo foi de R\$ 0,46 — dos quais R\$ 0,30 referem-se à subvenção do Tesouro e R\$ 0,16, à redução de impostos. Nas bombas, porém, a queda registrada desde a primeira semana de junho não passa de R\$ 0,10. Na pesquisa da Agência Nacional do Petróleo (ANP) da última semana, o preço ao consumidor final estava em R\$ 3,378. Entre o preço na refinaria e o que é cobrado do consumidor entram variáveis como impostos e a margem do revendedor.

Adriano Pires, diretor do CBIE, explica que o valor na refinaria seria menor com a política de preços da Petrobras porque a cotação do petróleo recuou no período. A Petrobras ajustava o preço de acordo com a flutuação do barril de petróleo e do dólar.

— Isso mostra como o governo foi precipitado ao adotar o congelamento de preços do diesel por 60 dias. Eles (o governo) não entendem que o mercado de petróleo e de derivados, como o diesel, é volátil e sazonal. Esqueceram que, nesta época de verão no Hemisfério Norte, o consumo de diesel cai e, com isso, caem os preços — destacou Pires.

A complexa política de subsídio gerou complicadores. Um deles é a forma de ressarcimento de refinarias e importadores, incluindo a própria Petrobras. Como a medida é recente, a ANP ainda não conseguiu efetuar todos os pagamentos devidos. Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), as empresas ainda esperam receber cerca de R\$ 1,4 bilhão.

— Não sabemos quando vamos receber. Isso mostra como a política de tabelamento não é boa para ninguém, nem para o consumidor — afirmou Sérgio Araújo, presidente da Abicom.

O governo defende o subsídio como forma de dar previsibilidade aos reajustes. Técnicos da equipe econômica argumentam que, apesar de estar mais barato neste momento, o preço pode crescer nos próximos 30, 60 ou 90 dias. Por enquanto, o governo irá manter nos valores de hoje o preço para a comercialização do diesel nas refinarias.

Mas, a partir de setembro, o preço irá mudar a cada 30 dias — alterando, também, o valor nas bombas. Esse patamar não mudará agora porque o governo entendeu que não houve variação significativa no câmbio e no preço do barril de petróleo. Mas poderá ser reajustado nos próximos meses, a depender do comportamento das duas variáveis.

— É óbvio que, se no preço internacional tivermos variação em cada um dos meses, e se nos 30 dias a avaliação for positiva, pode haver aumento. Teremos que ver quanto variou o preço internacional do petróleo e do óleo diesel — disse o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Estatal não atende Moreira e mantém paralisação de plataforma

A Petrobras decidiu que vai manter a parada programada da plataforma de Mexilhão, iniciada na semana passada, apesar de **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, ter solicitado o seu adiamento ao presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, na segunda-feira.

Segundo a Petrobras, para compensar a parada em Mexilhão, a estatal elevará a oferta de gás por meio da importação de gás natural liquefeito (GNL). Neste cenário, é possível usar o GNL importado, mais caro, ou recorrer a usinas movida a outras fontes, que têm custo mais elevado. Se isso ocorrer, deve haver impacto na conta de luz.

Antes da reunião, Moreira havia dito que perguntaria se seria possível adiar a parada, considerando o atual período de estiagem que reduz o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, em benefício da "sociedade inteira".

Em nota, a Petrobras informou que vai apresentar hoje ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) os detalhes sobre o planejamento da parada técnica da plataforma. O objetivo, segundo a estatal, é esclarecer dúvidas dos integrantes do CMSE sobre os impactos da parada da plataforma no setor.

Mexilhão fica na Bacia de Santos e estava produzindo cerca de 15 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. A companhia explicou que uma das razões para a parada é atender a exigências legais de segurança do Ministério do Trabalho, além de realizar serviços para adaptar as instalações para o escoamento da crescente produção de gás natural no pré-sal da Bacia de Santos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Polícia prende 8 executivos de distribuidoras

Funcionários de Ipiranga, BR e Raízen são acusados de controlar preços em bomba de postos de Curitiba; empresas negam

Ana Luiza Albuquerque e Nicola Pamplona

CURITIBA E RIO DE JANEIRO - A Operação Margem Controlada, deflagrada na manhã desta terça-feira (31) em Curitiba, prendeu oito executivos das três maiores distribuidoras de combustível do país.

Eles são suspeitos de controlar ilegalmente o preço final do litro nos postos da capital paranaense. Isso restringiria o mercado e prejudicaria os consumidores, segundo investigação da Polícia Civil e do Ministério Público.

Foram detidos temporariamente Cesar Augusto Leal, Marcos Bleuler Gouveia de Alves de Castro e Silvio Cesar Avila, da BR Distribuidora; Peter Oliveira Domingos e Adriano Alves de Souza, da Ipiranga; e Diego Neumann Balvedi, Karen Pedroso da Silva e Andre Spina Oliva, da Raízen.

As três distribuidoras, que detêm juntas cerca de dois terços do mercado de diesel do Brasil e mais de 60% do de gasolina, impediriam a livre concorrência, de acordo com os investigadores.

A investigação levou mais de um ano, alavancada por quatro delações premiadas feitas por três proprietários de postos em Curitiba — Fabiano Soares Zortea, Marcelo Conca-to e Cristiano Toshitaja — e o gerente de postos Felipe Luis Gewehr Orlando.

Zortea foi o primeiro a procurar o MP. Ele assumiu ter participado de fixação de preços em conluio com representantes das distribuidoras e afirmou ter provas.

Em um caso citado, uma distribuidora apresentou aos postos de sua bandeira três opções de valores de compra e de venda, e se o acordo não fosse cumprido poderia haver retaliações.

Quem comprasse, por exemplo, a gasolina a R\$ 3,20, teria de vender a R\$ 3,39; quem comprasse a R\$ 3,25, teria de vender a R\$ 3,49; e quem pagasse R\$ 3,32, teria de vender a R\$3,59.

De acordo com a investigação, os donos dos postos eram obrigados a enviar fotos das placas nas quais informavam os preços ao consumidor.

Além do controle dos preços, existe a suspeita de que algumas distribuidoras alugam ou sublocam, via contrato, o terreno e o maquinário para donos de postos.

A prática, no entanto, pode ser considerada ilegal, uma vez que é vedada a verticalização —ou seja, quem produz ou distribui o combustível não pode atuar na venda do produto.

"Embora os postos de combustíveis formalmente sejam empresas separadas das distribuidoras, isto não é o que ocorre na prática. A determinação de conduta uniforme e a prática de preços determinados são o modo de operação adotado pelas três grandes", diz a procuradoria.

Segundo o MP, as combinações de preços eram feitas por telefone, e-mail e aplicativos de trocas de mensagens.

Os executivos responderão pelos crimes de organização criminosa e abuso de poder econômico. Se condenados, podem pegar penas de prisão que variam de 2 a 13 anos.

Com os alvos, foram apreendidos celulares, computadores e documentos.

A polícia cumpriu 12 mandados de busca e apreensão e quebrou sigilos de emails de investigados.

A BR Distribuidora afirmou que "pauta suas atuações pelas melhores práticas comerciais, concorrenciais, a ética e o respeito ao consumidor" e que exige o mesmo comportamento de seus parceiros.

A Raízen informou que acompanha o caso e que está à disposição das autoridades para esclarecimentos.

A empresa disse ainda ser "improvável que os referidos autos revelem qualquer desvio de procedimento ou conduta".

A Ipiranga também negou qualquer influência sobre preço nas bombas e disse que as medidas cabíveis serão tomadas assim que tiver acesso ao inquérito.

A BR Distribuidora é controlada pela Petrobras, a Raízen é uma joint venture entre Cosan e Shell, e a Ipiranga pertence ao grupo Ultrapar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Preço do petróleo cai, mas governo mantém valor do diesel e do subsídio

Nova fase do programa preserva preço do combustível em agosto, mas inclui revisões mensais até dezembro

Rio de Janeiro - Apesar da queda das cotações do petróleo desde o início da subvenção ao diesel, o governo decidiu não mexer no preço do combustível para o mês de agosto, quando se inicia nova fase do programa criado para por fim à greve dos caminhoneiros em maio.

Os valores serão divulgados nesta quarta (1) e revisados mensalmente até o fim do ano ou quando terminar os R\$ 9,5 bilhões reservados pelo governo para o programa. Pelas estimativas das importadores de combustíveis, o gasto até agora é de R\$ 1,7 bilhão.

O programa teve início no fim de maio e, desde 7 de julho, garante a refinarias e importadores uma subvenção de até R\$ 0,30 para cada litro de diesel vendido pelo preço estipulado pelo governo, que varia entre R\$ 1,9681 na região Norte a R\$ 2,1055 no Sul.

Vigentes até esta terça (31), esses valores foram estabelecidos no dia 30 de maio, quando a cotação internacional do petróleo Brent era de US\$ 77,47 (R\$ 289, segundo o câmbio da época) —nesta terça, era de US\$ 74,25 (R\$ 279).

De acordo com dados da Agência de Informação em Energia do governo americano, o preço do diesel no Golfo do México, referência para o mercado brasileiro, caiu 8,45% entre 28 de maio e 30 de junho (os dados mais próximos do período em análise), passando de um valor equivalente a R\$ 2,72 para R\$ 2,49 por litro.

"Se fosse seguir as cotações internacionais, o governo poderia reduzir o preço", disse Sérgio Araújo, que preside a Abicom, associação que reúne as importadoras. Ele ressalta, porém, que os preços estipulados inicialmente estavam abaixo da paridade de importação [conceito que inclui os custos para trazer os produtos] e, por isso, deveriam ser mantidos em agosto apesar da queda das cotações.

Com base em dados de vendas dos combustíveis e na variação dos preços de referência estipulados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para calcular o desconto, a entidade calcula que o programa de subvenção já custou ao contribuinte R\$ 1,76 bilhão.

O valor compreende R\$ 67,2 milhões da primeira fase, na qual o governo garantiu R\$ 0,07 por litro e a Petrobras descontou os R\$ 0,23 restantes —e R\$ 1,694 bilhão da segunda fase, em que o governo subvencionou integralmente os R\$ 0,30 por litro.

Até agora, a ANP aprovou o pagamento de uma pequena parte: apenas R\$ 121 mil referentes à primeira fase para a Dax Oil Refino e a Refinaria de Petróleo Riograndense. Os valores do primeiro mês da segunda fase deveriam ter sido pagos até 27 de julho.

A agência diz que precisa concluir análise de documentos enviados pelas empresas e validar impostos federais e estaduais antes de liberar o restante. NP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Importação de gás compensa parada de plataforma

Rio de Janeiro - A Petrobras afirmou nesta terça (31) que vai importar gás natural para compensar a queda na produção nacional com a parada na plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos. A companhia diz ainda que a unidade só responde por 10% da oferta nacional.

A questão foi discutida em encontro na segunda (30) entre **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, e o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro. Antes da reunião, o ministro disse que faria um apelo para adiar a manutenção. A avaliação do governo é que as obras não deveriam ser realizadas no período seco, para evitar que a redução da oferta de gás leve ao uso de térmicas mais caras e poluentes, com impacto no preço da energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fausto Macedo

Título: Oito são presos por controle de preço de combustível

Executivos das maiores distribuidoras do País são acusados de controlar de forma criminosos os valores cobrados em postos de Curitiba

Oito executivos das três maiores distribuidoras de combustíveis do País foram presos ontem na Operação Margem Controlada, deflagrada pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba, em parceria com a Divisão de Combate à Corrupção da Polícia Civil do Paraná. Os alvos são suspeitos de integrarem “uma quadrilha que controlava de forma criminosos o preço final do combustível nas bombas dos postos de gasolina bandeirados de Curitiba”. A

polícia cumpriu oito mandados de prisão temporária e 12 de busca e apreensão. Também foi afastado o sigilo telemático de nove pessoas. Entre os presos estão três assessores comerciais da Petrobrás Distribuidora S/A, um gerente comercial e um assessor da Ipiranga Produtos de Petróleo S/A e um gerente e dois assessores comerciais da Shell (Raízen Combustíveis S/A).

Com os alvos, foram apreendidos celulares, computadores e documentos. Um deles foi preso no Aeroporto Internacional Afonso Pena, na região metropolitana de Curitiba, quando desembarcava de voo com origem em São Paulo. A investigação levou mais de um ano e, nesse período, foram firmadas quatro delações premiadas feitas por empresários do setor de combustível, todas já homologadas pelo Juízo da 11.^a Vara Criminal de Curitiba. O Ministério Público do Paraná informou que os “delatores produziram dezenas de provas que reforçam a suspeita da atuação da quadrilha no controle do preço final do litro do combustível nas bombas dos postos de gasolina de Curitiba”.

De acordo com a promotoria, “gerentes e assessores comerciais das três distribuidoras vendiam o litro do combustível de acordo com o preço que seria cobrado pelo dono do posto bandeirado. Se o empresário comercializasse, por exemplo, o litro da gasolina a R\$ 4,19, a distribuidora venderia o litro ao posto por R\$ 3,99. Se o dono do posto resolvesse vender por R\$ 3,99, a distribuidora aumentaria ou diminuiria o preço, controlando o preço nas bombas e, consequentemente, a margem de lucro dos empresários, impedindo assim a livre concorrência”.

Os presos responderão pelos crimes de organização criminosa e abuso de poder econômico. Se condenados, podem pegar penas de prisão de 2 a 13 anos. A Petrobrás Distribuidora afirmou que “pauta sua atuação pelas melhores práticas comerciais, concorrenciais, a ética e o respeito ao consumidor, exigindo o mesmo comportamento de seus parceiros e força de trabalho”. A Raízen informou que “está à disposição das autoridades responsáveis para esclarecimentos” e que “os preços nos postos de combustíveis são definidos exclusivamente pelo revendedor”. A Ipiranga disse que cada revendedor é livre para determinar o preço na bomba.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Justiça bloqueia bens de acusados de cartel no DF

A pedido do Ministério Público, a Justiça do Distrito Federal bloqueou R\$ 800 milhões em bens de pessoas físicas e empresas investigadas por formação de cartel no mercado de combustíveis. A Justiça ainda acolheu denúncia criminal e

tornou réus 16 donos de postos, seis empregados de postos e seis representantes de distribuidoras BR, Ipiranga e Raízen (Shell). A suspeita é que tenha sido formada uma organização criminosa com 13 redes de postos, que atuou de janeiro de 2011 a abril de 2016 combinando preços e eliminando concorrentes. A denúncia é desdobramento da Operação Dubai, feita em parceria com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 2015. A Raízen afirmou que “está convicta de que não teve qualquer participação nas ações apontadas no processo” e prosseguirá contestando a denúncia”. A Ipiranga afirmou que aguardam acesso aos autos para se pronunciar. A BR disse que colaborou com a investigação e que “pauta sua atuação pelas melhores práticas comerciais”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor:

Título: Apagão deixa 80% de Caracas sem luz e expõe crise energética

É a quarta vez em um mês que capital fica às escuras; outros Estados têm interrupção de até um dia no fornecimento

CARACAS

Um apagão deixou 80% de Caracas sem luz por mais de quatro horas ontem, no quarto apagão prolongado em menos de um mês na capital da Venezuela. A falta de luz impediu atendimentos hospitalares de urgência, obrigou o metrô da capital, que atende mais de 2 milhões de pessoas por dia, a fechar, e forçou o comércio a baixar as portas.

O governo venezuelano afirma que a falha se originou na subestação de Santa Teresa, no Estado de Miranda, no norte da Venezuela. O chavismo atribuiu os apagões a sabotagens de seus adversários para criar descontentamento entre a população, enquanto a oposição os vincula à deterioração de infraestrutura para garantir o serviço, decorrente da corrupção e da falta de investimentos.

Os cortes no fornecimento de energia elétrica são frequentes na Venezuela, sobretudo no interior. Em vários Estados do oeste, como Zulia, aplica-se um racionamento diário que chega a durar 12 horas. Em Caracas, os apagões são menos frequentes, mas, entre dezembro e fevereiro, foram registrados diversos cortes, que se prolongaram por várias horas.

Em Maracaibo, a capital de Zulia, os moradores desligam os refrigeradores para se proteger dos cortes de energia. Muitos só compram a comida que vão consumir no mesmo dia. O Estado, centro da indústria de energia da Venezuela,

conhecido por sua riqueza em petróleo, tem ficado mergulhado na escuridão. "Nunca imaginei que teria de passar por isso", disse à agência Reuters Cindy Morales, de 36 anos, funcionária de uma padaria.

"Não tenho comida, não tenho eletricidade e não tenho dinheiro", afirmou, chorando. Os apagões de energia agravam a miséria dos venezuelanos que há cinco anos vivem sob a crise econômica que provocou desnutrição, uma hiperinflação que chegou 128,4% em junho, acumulando 46.305% no ano, e emigração em massa. / REUTERS e AFP

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Ingrid Soares

Título: Etanol fica mais barato no DF

O etanol, que muitas vezes foi descartado pelo brasiliense na hora de abastecer, porque a diferença de preço com a gasolina fazia com que não valesse a pena, volta ao radar dos motoristas. Em 13 dos 27 postos pesquisados pelo Correio, o valor do litro do combustível caiu, sendo encontrado a R\$ 2,97 em postos na Estrada Parque Taguatinga (EPTG), e a R\$ 2,98, no Plano Piloto. Valor favorável se levarmos em conta que, na maioria dos estabelecimentos, a gasolina é vendida a R\$ 3,48.

O chaveiro Carlos Ferreira da Silva, 42 anos, costuma pesquisar antes de abastecer. "Está mais barato e tem que aproveitar, mas o preço dos combustíveis podia baixar ainda mais. Pesa no bolso da gente." Ontem, ele decidiu colocar etanol no tanque, porque passou por um posto em que o produto estava a R\$ 2,99. "Por esse valor, compensa abastecer com álcool. Tem que ficar de olho nos preços, sempre", afirmou.

Em comparação com os valores cobrados em 15 de junho, a economia para quem abastece com álcool chega a R\$ 0,50 por litro. O economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes, explica que o etanol, ao contrário de outros combustíveis não depende de autorização do governo para reajuste. "O ajuste é feito de acordo com a oferta e a demanda. Quando a gasolina sobe, a população procura saída no etanol. Por mais que consuma mais e tenha uma autonomia menor do que a gasolina, em alguns casos, compensa. Embora tenha ficado mais caro, o etanol contribui menos que a gasolina para a inflação", ressalta.

- Presos executivos de distribuidoras

Oito executivos das três maiores distribuidoras de combustíveis do país foram presos ontem na Operação Margem Controlada, deflagrada pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba, em parceria com a Polícia Civil do Paraná. Os alvos são suspeitos de integrarem “uma quadrilha que controlava de forma criminoso o preço final do combustível nas bombas dos postos de gasolina bandeirados de Curitiba”. A polícia cumpriu oito mandados de prisão temporária e 12 de busca e apreensão. Entre os presos estão três assessores comerciais da Petrobras Distribuidora S/A, um gerente comercial e um assessor da Ipiranga Produtos de Petróleo S/A e um gerente e dois assessores comerciais da Shell (Raízen Combustíveis S/A).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Desconto será mantido

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, garantiu ontem que o governo vai manter o desconto de R\$ 0,46 no preço do litro do óleo diesel até 31 de dezembro de 2018, conforme acordo feito com os caminhoneiros durante a greve que paralisou o país. Como a medida que dá subsídio de R\$ 0,30 por litro — além de R\$ 0,16 de isenção de impostos — vigorou até ontem, o governo terá de emitir um decreto hoje. Padilha admitiu, contudo, que o valor do diesel na bomba pode subir.

“O compromisso que o governo tinha com os caminhoneiros era manter o desconto de R\$ 0,46 até 31 de dezembro de 2018. Agora, vencido o primeiro período, vamos avaliar a variação do preço internacional do óleo diesel, que pode ser positiva ou negativa, e deduzir os R\$ 0,46”, disse. “A primeira revisão ficou para 60 dias, depois de 30 em 30. Se houver aumento no período, o preço vai subir”, reconheceu.

O ministro reiterou, no entanto, que o desconto de R\$ 0,46 sobre o preço vai vigorar até o fim do ano. “Estamos fazendo tudo o que nos comprometemos para que não tenhamos novas paralisações”, destacou. Para a advogada Patricia Agra, sócia do escritório L.O. Baptista, o governo sinaliza que não vai permitir movimentos grevistas neste momento. “Isso porque, daqui a pouco, não pode mais abrir mão de receita”, explicou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: Petroleira confirma interesse no Brasil**

São Paulo — Os resultados obtidos com a operação brasileira da Galp Energia, petrolífera portuguesa, animaram Carlos Gomes da Silva, CEO da empresa, durante a divulgação dos resultados do primeiro semestre. A companhia anunciou lucro de 387 milhões de euros, aumento de 68% em comparação ao desempenho dos primeiros seis meses de 2017.

Durante conferência com analistas, o executivo não descartou o aumento de investimentos no país, onde a empresa opera há 20 anos. O executivo avalia a possibilidade de novos negócios. “Conhecemos muito bem os recursos do Brasil e olhamos sempre para este mercado com uma abordagem de criação de valor”, disse.

No mês passado, a Galp confirmou a compra de uma participação de 3% na licença do bloco BM-S-8 (Caracará), na bacia de Santos (litoral paulista), que estava nas mãos da Equinor (ex-Statoil), com o desembolso de US\$ 114 milhões. Aos analistas, Silva afirmou que irá continuar a olhar para diferentes oportunidades no mercado brasileiro. Antes, em junho, a companhia, por meio da subsidiária Petrogal Brasil, adquiriu 14% de participação no bloco de exploração petrolífera Uirapuru, na 4ª Rodada de Partilha de Produção realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O aumento da produção de petróleo e gás no Brasil, além do resultado melhor da cadeia de abastecimento e a medidas de eficiência energética, levou a companhia a aumentar a produção média total em 20%, para 108,1 mil barris diários, na comparação com igual período de 2017.

A entrada em operação da sétima unidade do tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading), instalada no pré-sal da bacia de Santos, ajudou no desempenho ao chegar à sua capacidade máxima. Mas também contou nesse resultado a alta do barril de petróleo no mercado internacional, que aumentou cerca de US\$ 20 em comparação ao ano passado.

A previsão da petroleira é de que a produção continue a avançar em 2019, graças à entrada em operação prevista para 2018 de duas unidades de produção adicionais no Brasil.

A Petrobras é uma das principais parceiras da Galp Energia no Brasil. Apesar dos problemas da empresa brasileira nos últimos anos, o CEO da petroleira

portuguesa diz que nada mudou na relação entre as duas, que continuam “a trabalhar de forma próxima”. “A relação entre as empresas vai além disso”, disse Silva, em referência aos percalços causados pelas denúncias de corrupção e, mais recentemente, os problemas causados pela greve dos caminhoneiros, como a interferência do governo na política de preço do diesel, que resultou no pedido de demissão de Pedro Parente.

A Galp opera na bacia de Santos desde 2000 e tem negócios nas bacias de Potiguar, Pernambuco-Paraíba e na bacia de Barreirinhas. Além disso, atua em projetos onshore como operadora de blocos na bacia de Sergipe-Alagoas e de Parnaíba. De janeiro a junho, a exploração e produção nesses projetos aumentou 23%.

Com os investimentos feitos até hoje, a Galp se tornou uma das quatro maiores produtoras de petróleo do país. Em fevereiro, foi anunciado que os investimentos no pré-sal brasileiro serão de cerca de 1 bilhão de euros até 2020.

Outra petroleira que destacou o potencial da participação brasileira em seu resultado foi a BP, que teve lucro líquido de US\$ 2,8 bilhões no segundo trimestre, aumento de 19,4 vezes em relação aos US\$ 144 milhões obtidos entre abril e junho de 2017. Assim como foi apontado pela Galp, a alta do preço do barril de petróleo contribuiu para os bons números.

Segundo a companhia, a expansão da operação no pré-sal brasileiro após a vitória na 4ª rodada da ANP, em junho, deve ter impactos positivos nos seus números.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Seca mais intensa já pressiona tarifa de 2019

A estiagem deste ano está sendo muito pior do que o previsto inicialmente pelo governo, e os recursos arrecadados pela bandeira tarifária vermelha não são suficientes para fazer frente aos custos. Cálculos da consultoria TR Soluções obtidos pelo **Valor** apontam que os efeitos da seca vão ser responsáveis por grande parte dos aumentos da tarifa no próximo ano, com acréscimo de até 7 pontos percentuais sobre os reajustes tarifários. O efeito médio projetado para o país é de um acréscimo de 4,54 pontos percentuais.

Esse cenário já considera que a bandeira tarifária vermelha continuará em vigor até o fim deste ano, com acréscimo de R\$ 5 a cada 100 quilowatts-hora (KWh). Os recursos arrecadados têm como destino a conta centralizadora das

bandeiras tarifárias e são usados para pagar, principalmente, as despesas das distribuidoras com o despacho de termelétricas mais caras, que garantem o abastecimento no país em tempos de seca, e a exposição das distribuidoras ao déficit de geração das hidrelétricas (GSF, sigla em inglês para a diferença entre o que foi vendido pelas usinas e a energia efetivamente gerada).

Quando as distribuidoras de energia não recebem recursos suficientes para pagar a energia comprada, isso se transforma em um ativo regulatório, considerado no próximo reajuste tarifário da concessionária, com ajuste pela Selic.

Por exemplo, se uma distribuidora pleitear um reajuste tarifário de 10%, esse percentual deve ser acrescido de 4,54 pontos percentuais, levando a correção final a 14,54%. A previsão é uma média porque cada distribuidora tem uma composição própria de contratos de compra de energia, algumas mais expostas que outras ao risco hidrológico.

No caso da Eletropaulo, distribuidora que tem a concessão de São Paulo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o reajuste médio de 15,84% no início de julho. Segundo o gerente Comercial e de Novos Negócios da TR, Helder Sousa, o déficit acumulado pela distribuidora desde a última revisão com a conta de bandeiras tarifárias representou um acréscimo de cerca de 6 pontos percentuais. Ou seja, se não fosse isso, a companhia teria um reajuste de 9% neste ano.

Segundo cálculos da EDP Energias do Brasil, esse déficit, que nada mais é um descasamento de caixa das distribuidoras, deve chegar a R\$ 7 bilhões em agosto. Isso já aconteceu ano passado, quando foi necessário alterar a metodologia das bandeiras. Até então, o cálculo que resulta na bandeira não considerava o déficit de geração das hidrelétricas.

Mesmo com a incorporação do risco hidrológico na metodologia das bandeiras, o valor da cobrança adicional não está sendo suficiente para pagar as despesas das distribuidoras, uma vez o GSF projetado nas contas era muito menor do que o que está se concretizando. Na segunda-feira, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) elevou a projeção de custo do risco hidrológico no ano de R\$ 29 bilhões para R\$ 39 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 27 bilhões serão cobertos pelo consumidor do mercado cativo - das distribuidoras.

"A situação do risco hidrológico está ficando insustentável. Se não forem tomadas medidas, essa previsão de impacto de R\$ 39 bilhões para o ano de 2018 vai nos levar a uma crise de inadimplência sem precedentes no Brasil", disse Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Apenas em agosto, o déficit da conta das bandeiras - e que futuramente será repassado aos consumidores - deve ser de R\$ 3 bilhões, calcula Sousa, considerando o GSF projetado para o mês e o preço de energia no mercado à vista no teto de R\$ 505,18/MWh.

Diferentemente das geradoras, que têm instrumentos de proteção, as distribuidoras de energia têm uma gestão passiva do GSF, repassando o montante integralmente aos consumidores. Isso significa que a maior parte dos consumidores de energia do país, principalmente os residenciais, não têm alternativa para minimizar esses custos, que vão sendo incorporados às tarifas com correção.

Embora o risco hidrológico seja considerado "risco do gerador" na maior parte dos casos, hoje, cerca de dois terços do mercado cativo está sujeito ao GSF, o que explica a dimensão do problema. É repassado integralmente ao consumidor o risco hidrológico da energia de Itaipu, das usinas enquadradas no regime de cotas, e também daquelas que aderiram à repactuação proposta em 2015 às hidrelétricas para acabar com a guerra de liminares, proporcionalmente aos "seguros" comprados.

Segundo a TR Soluções, há hoje 10,6 gigawatts (GW) enquadrados no regime de cotas, criado em 2012 pela ex-presidente Dilma Rousseff para baixar as tarifas, e que tirou dos geradores o risco hidrológico. Outros 15 GW se referem à energia dos geradores que aderiram à repactuação, por meio da compra de um "seguro" em troca da proteção total ou parcial à exposição ao déficit de geração. Esse prêmio de risco deveria ser aportado na conta de bandeiras tarifárias. No entanto, vários geradores negociaram para obter um prazo de carência, e hoje há apenas cinco usinas pequenas pagando mensalmente o seguro contratado. Os outros 6,8 GW sujeitos ao GSF são das cotas da usina binacional de Itaipu.

Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que faz a gestão da conta das bandeiras tarifárias, nos últimos 12 meses, as distribuidoras assumiram R\$ 21,4 bilhões em custos com compra de energia no mercado à vista, sendo R\$ 7 bilhões do GSF das cotas, R\$ 3,9 bilhões de Itaipu, e R\$ 5,9 bilhões de repasse do risco hidrológico das empresas repactuadas. A arrecadação com prêmio de risco destas usinas, porém, somou R\$ 207,8 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Reservatórios têm queda e Sudeste fica com nível inferior ao do Nordeste**

Os reservatórios hidrelétricos do subsistema Sudeste/Centro-Oeste acumulam queda de 5,4 pontos percentuais no nível de estoque em julho, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O subsistema é responsável por cerca de 70% da capacidade de armazenamento de água para geração de energia do país. Os lagos das usinas das duas regiões, consideradas a "caixa d'água" do setor elétrico, registraram na segunda-feira nível de armazenamento de 34,4%, abaixo da média das hidrelétricas do Nordeste (35,1%), que esteve em situação mais crítica nos últimos anos.

As usinas do Nordeste acumulam queda de armazenamento em julho de 2,5 pontos percentuais. Na mesma comparação, os reservatórios das hidrelétricas do Sul tiveram redução de 1,5 ponto percentual no armazenamento em julho, marcando atualmente 49,6%.

Já as hidrelétricas do Norte estão com 67,2% da capacidade de armazenamento. No mês, elas acumulam queda de 3,2 pontos percentuais no nível de estoque.

Segundo o Instituto ClimaTempo, a frente fria que recai sobre o Sudeste terá um reforço na próxima quinta-feira, com a intensificação do volume de chuvas até 10 de agosto. "Essa frente fria vai ganhar reforço no dia 2 [de agosto] com chuvas nas bacias do Paranapanema, Tietê e Grande até 10 de agosto. Haverá chuva significativa", explicou Patricia Madeira, diretora do instituto de meteorologia.

O volume de chuvas concentrado em importantes bacias, como Paranapanema e Grande, devem ter efeito positivo no nível de estoque das usinas do Sudeste/Centro-Oeste. Patricia, contudo, explicou que as chuvas não devem ser suficientes para alterar significativamente o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) - o preço de energia de curto prazo - porque a região Sul, que normalmente registra volume de chuvas mais intenso nessa época do ano, passa por estiagem e continua demandando contribuição de outras regiões.

O ClimaTempo não prevê a ocorrência de chuvas significativas a partir de 10 de agosto. Para setembro, a estimativa é um volume de chuvas abaixo da média histórica.

Patricia alerta ainda para outro ponto de preocupação. O instituto vê sinais de formação do fenômeno "El Niño" no fim deste ano, o que poderá fazer com

que o período úmido, que normalmente começa em dezembro, atrase o seu início.

Ontem, a Petrobras sinalizou que não deverá adiar a parada técnica programada da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, e de um conjunto de termelétricas a gás natural. A plataforma é uma importante unidade fornecedora de gás para o mercado brasileiro e o parque termelétrico do país.

O adiamento da manutenção foi um apelo feito pelo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, ao presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, em reunião na segunda-feira à noite, em Brasília. No encontro, Monteiro apresentou razões para não postergar a medida.

Segundo a Petrobras, a parada técnica de Mexilhão envolve um investimento da ordem de R\$ 1 bilhão e mobiliza mais de 500 pessoas. A empresa pretende substituir a oferta de gás de Mexilhão por importação de gás natural liquefeito (GNL). De acordo com a companhia, não haverá impacto na tarifa de energia.

Os detalhes da parada técnica em Mexilhão serão apresentados hoje pela Petrobras, em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), em Brasília.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Luísa Martins | De Brasília

Título: Justiça veta doação de usina à Bolívia e estatal devolve R\$ 73 mi à União

Uma das bondades do governo de Dilma Rousseff à Bolívia, fruto de uma portaria que formalizou ações de cooperação energética entre o Brasil e o país vizinho, foi revertida na Justiça, levando a Eletronorte a ressarcir os cofres da União em R\$ 73,4 milhões. Trata-se da usina térmica Rio Madeira, em Porto Velho (RO), com potência de 90 megawatts, que passaria por uma reforma antes de ser doada e ter seu maquinário transportado ao território boliviano.

Em 2017, dois anos depois de o governo brasileiro editar a medida provisória (MP) que criou créditos orçamentários para a recauchutagem do empreendimento (inaugurado em 1989 e desativado 20 anos depois), a juíza Diana Maria Wanderlei, da 5ª Vara Federal de Brasília, anulou o procedimento. Àquela altura, R\$ 60 milhões já haviam sido transferidos pelo governo à Eletronorte para este fim - o valor, corrigido, teve de ser devolvido ao erário no ano passado. O comprovante do depósito foi juntado aos autos apenas neste mês de julho.

O reembolso foi resultado de ação civil pública proposta por três advogados de Brasília que questionaram a doação da usina à Bolívia, sem qualquer contrapartida, em meio a aguda crise energética no Brasil. Eles citam que a portaria do **Ministério de Minas e Energia (MME)** formalizou a cessão em comodato de bens considerados inservíveis para a Eletronorte, entre eles a Rio Madeira. Na prática, afirmam, não foi isso que ocorreu.

"O Brasil não apenas cedeu todo o patrimônio da usina, como também se comprometeu a reformar por inteiro os seus equipamentos, o que não caracteriza comodato, mas também não é cessão gratuita, tampouco cessão onerosa", escreveram, acusando o governo de favorecer outro país com dinheiro dos contribuintes brasileiros, em vez de priorizar os interesses nacionais no setor energético.

Capaz de suprir uma cidade de 700 mil habitantes, a usina térmica Rio Madeira foi responsável pelo abastecimento dos estados de Rondônia e Acre por duas décadas, mas, atualmente, não tem relevância no sistema elétrico. Quando o estado de Rondônia se conectou ao Sistema Interligado Nacional (SIN), passando a ser abastecido por hidrelétricas, o empreendimento foi desligado, embora ainda estivesse parcialmente apto a operar. Mesmo assim, o alto custo de manutenção e produção fez com que os bens fossem declarados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) imprestáveis para o serviço público.

A medida provisória editada por Dilma - e aprovada pelo Congresso Nacional - previa que o empreendimento fosse reestruturado para operar com gás natural, combustível farto na Bolívia. A doação foi acertada com o presidente do país, Evo Morales, durante a Cúpula da Comunidade de Estados Latinoamericanos (Celac) na Venezuela, em 2011.

Para a juíza, porém, a MP continha "vícios", pois previa uma transferência milionária de verbas da União para a Eletronorte, sem licitação. Ela classificou o ato como "extremamente promissor" para o estrangeiro, mas "potencialmente lesivo" ao patrimônio público nacional.

"Observo que além da inconstitucionalidade formal do ato jurídico, os agentes públicos réus não pautaram suas condutas visando atingir o interesse público primário em prol da República Federativa do Brasil, mas sim ao interesse exclusivo do Estado Plurinacional da Bolívia, conduta eivada de patente inconstitucionalidade material diante da desrazoabilidade da medida", escreveu. Por falta de provas de má-fé, os então ministros Eduardo Braga (Minas e Energia) e Nelson Barbosa (Planejamento) foram inocentados de arcar com as custas judiciais do processo.

A ação teve uma decisão liminar favorável que acabou, mantida, mais tarde, na análise de mérito. Nos autos, as autoridades do governo Dilma defenderam a doação à Bolívia, pois a usina já não estava em uso no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel aprova leilão com novo contrato para eólicas

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o edital do Leilão A-6, que inaugura a contratação de energia eólica na modalidade por quantidade - em vez da oferta por disponibilidade. Com a mudança, o empreendedor assume o risco de não produzir o montante de energia definido na contratação dos projetos.

O leilão, voltado novos empreendimentos de geração, está marcado para 31 de agosto. Também será negociada a energia de fonte hídrica e termelétricas que operam com a queima de biomassa, carvão mineral e gás natural.

O governo considera que a contratação da fonte eólica por quantidade é justificada pela maturidade alcançada pelo segmento nos últimos anos. Técnicos da Aneel avaliam que o problema causado pela sazonalidade na produção de energia pelos ventos poderá ser contornado especialmente pelos grupos já consolidados no mercado de renováveis - por já contarem com grande volume de energia entregue ao sistema, poderiam compensar as baixas pontuais na produção dos novos projetos sem maiores dificuldades.

O relator da proposta de edital, diretor Tiago Correia, disse que o leilão define mecanismos para que os geradores possam administrar os custos em caso de queda no volume de geração.

"Temos essa novidade importante e estamos calibrando bem essa evolução. Acho que a proposta do relator pontuou essa questão de maneira adequada e prudente", reforçou o diretor geral da Aneel, Romeu Rufino.

Os empreendimentos contratados no leilão deverão estar prontos para iniciar o suprimento a partir de 1º de janeiro de 2024. A energia teve o preço-teto fixado em R\$ 308 por Megawatt-hora (MWh).

O preço inicial da energia para empreendimentos sem contrato ficou em R\$ 290/MWh para hidrelétricas e R\$ 227/MWh para parques eólicos, por quantidade. Nos contratos por disponibilidade, o preço máximo da energia foi

fixado em R\$ 308/MWh para térmicas a biomassa, também no caso de empreendimentos sem contrato.

Os empreendimentos hidrelétricos e eólicos, que já possuem contratos, tiveram o preço-teto de contratação fixado em R\$ 151,68/MWh para hidrelétricas e R\$ 171,82/MWh para as eólicos, por quantidade.

Os contratos por quantidade têm o prazo de suprimento de 30 anos, para as hidrelétricas, e 20 anos, para as eólicas. As térmicas, com contratos por disponibilidade, terão contratos de 25 anos.

Correia informou que já foram cadastrados para o certame 1.090 projetos, que somam a potência instalada de 59.116 Megawatts (MW). Desse total, 928 são de projetos de fonte eólica, 66 de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 23 de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), sete de Usinas Hidrelétricas (UHEs), 39 de térmicas a gás natural, 25 de térmicas a biomassa e duas de térmicas a carvão mineral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Carla Araújo, Fabio Graner e Andrea Jubé | De Brasília

Título: Subsídio do diesel será mantido, mas preço pode variar, diz Padilha

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, confirmou ontem que o governo manterá até dezembro a redução de R\$ 0,46 (R\$ 0,30 de subvenção direta e de R\$ 0,16 de tributos) por litro de óleo diesel, mas explicou que o preço final poderá sofrer variações conforme as flutuações dos mercados internacionais. "O compromisso que o governo tinha com os caminhoneiros era manter o desconto de R\$ 0,46 até 31 de dezembro de 2018", disse Padilha, após solenidade no Palácio do Planalto. "O subsídio que o governo garantiu vai ser mantido."

Um decreto presidencial está previsto para hoje com o objetivo de regulamentar a subvenção que valerá a partir de agosto. Nesse instrumento estará mantido o preço de comercialização na refinaria em R\$ 2,03 (que vigorou nos últimos dois meses), embora a conta do governo apontasse espaço para reduzi-lo em R\$ 0,02. Uma fonte explicou que a manutenção do preço visa a sinalizar estabilidade e diminuir o risco de ajustes para cima mais à frente, pois o preço será reavaliado a cada 30 dias. Mas isso na prática também tende a deixar a subvenção abaixo de R\$ 0,30, a se manter o cenário mais recente de preços.

Uma medida provisória deve ser publicada também hoje com ajustes para destravar o mercado importador e também garantir que a subvenção beneficie apenas o diesel rodoviário e não mais o diesel náutico, que representa apenas 3% do total.

Um dos pontos de mudança envolve a fórmula do preço de referência para deixar claro como funciona o esquema de subsídios às importadoras do combustível. De acordo com Padilha, vencida essa fase inicial do programa, haverá revisão do preço do diesel que leva em conta as oscilações internacionais. "Terá que ver quanto variou o preço do petróleo e do óleo diesel, as variações podem ser positivas ou negativas, isso significa que o preço pode até cair".

Com a queda do petróleo e o comportamento do câmbio nos dois últimos meses, pode haver baixa nos preços do diesel e necessidade de menos gasto com subvenção.

O governo se comprometeu a pagar até R\$ 0,30 por litro como subsídio à Petrobras e às importadoras. Esse valor varia conforme os preços de referência atualizados diariamente pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Com o real menos desvalorizado e a diminuição do petróleo, abre-se espaço para uma leve queda nos preços nas refinarias.

As medidas que serão adotadas para manter o preço do diesel subsidiado não alteram o limite de R\$ 9,5 bilhões de custo previsto para o programa até o fim do ano, como havia sido anunciado em maio. O custo fiscal, contudo, pode ser menor se os preços do petróleo e do dólar tiverem dinâmica mais favorável. Para o governo, isso seria positivo, porque abriria espaço para outras despesas. Caso esses fatores tenham dinâmica desfavorável, o subsídio não vai superar R\$ 0,30. Nesse caso, a diferença seria repassada ao preço da refinaria, que subiria, mantendo-se o subsídio.

Para exemplificar: se o preço das empresas for R\$ 2,33, o subsídio de R\$ 0,30 garante o preço de R\$ 2,03. Se for R\$ 2,23, o subsídio necessário para o preço de referência cai para R\$ 0,20. Mas se os parâmetros apontarem um preço de mercado de R\$ 2,40, aplica-se o subsídio de R\$ 0,30 e a diferença vai para o preço de referência no mês seguinte, que aumentaria para R\$ 2,10.

Padilha reconheceu que o desconto propiciado pelo subsídio não chegou em todos os postos na mesma escala, mas afirmou que o processo de fiscalização está funcionando. O ministro afirmou ainda que o diálogo com os setores envolvidos está em andamento e que o governo não teme risco de nova paralisação. "Estamos fazendo tudo o que nos comprometemos para que não tenhamos nenhuma (greve)."

Ele citou ainda a comissão permanente na Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) para construir a tabela de frete mínimo. "O grande nó que está sendo implantado pela ANTT é ter os termos, os preços, da nova tabela, isso está sendo construído de forma colegiada entre as várias partes."

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) divulgou no início da noite nota reclamando do não pagamento, pela ANP, do subsídio nas vendas de diesel feitas por duas de suas nove associadas, que deveriam ter sido pagas dia 26 de junho. A projeção da Abicom é que seus associados tenham a receber mais de R\$ 83 milhões. Os únicos que receberam até agora foram a Dax Oil e a Refinaria Riograndense, que receberam juntas R\$ 121,3 mil.

(Colaboraram Daniel Rittner, de Brasília, e Cláudia Schüffner, do Rio)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Arrecadação sobre grandes campos bate recorde

A arrecadação de participação especial sobre a produção de petróleo e gás natural bateu um novo recorde no segundo trimestre, informou a Agência Nacional do Petróleo (ANP). As receitas totalizaram R\$ 8,2 bilhões no período, valor superior aos R\$ 6,4 bilhões arrecadados no primeiro trimestre.

A participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelas petroleiras e que incide sobre os campos de grandes volumes de produção.

A distribuição dos recursos será feita em meados de agosto. Os valores serão repassados para a União (50%), Estados (40%) e municípios (10%). Entre os Estados, o Rio de Janeiro receberá R\$ 2,5 bilhões, seguido de São Paulo (R\$ 400 milhões) e Espírito Santo (R\$ 300 milhões).

Entre os municípios, Maricá (RJ) e Niterói (RJ) estão entre os principais beneficiados, por estarem na área de influência de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos, o maior campo hoje em produção no país.

Os recordes sucessivos na arrecadação de participação especial podem ser explicados, basicamente, pela valorização do preço do barril do petróleo, no mercado internacional, e pelo aumento da produção no pré-sal - onde estão concentrados os campos de maior produtividade do país.

Segundo a ANP, três dos cinco maiores campos produtores de petróleo do país estão no pré-sal: Lula e Sapinhoá (Bacia de Santos) e Jubarte (Bacia de Campos).

A produção no pré-sal acumula uma alta de 1,6% no ano, até maio, frente aos cinco primeiros meses de 2017. Ao todo, foram produzidos, em média, 1,771 milhão de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) na região, até maio.

Além da participação especial, União, Estados e municípios também arrecadam com os royalties - que por sua vez incidem sobre todos os campos de óleo e gás do país. Segundo dados da ANP, as receitas de royalties totalizaram R\$ 8,019 bilhões entre janeiro e maio, o que representa uma alta de 25% ante igual período de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: BNDES estima aportes de R\$ 1 bi em PPPs de iluminação

Uma das prioridades atuais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na relação com os municípios são os projetos de iluminação pública. Nesse segmento, o município pode, por exemplo, contratar uma operação de crédito para desenvolver um projeto, respeitando seus limites de endividamento junto à União, ou fazer o investimento via parcerias público-privada (PPPs), uma modalidade de concessão de serviço público.

A vantagem da PPP é que ela libera recursos para que o município invista em outras áreas como saúde e segurança, disse Rodolfo Torres, superintendente da área de desestatização do BNDES. Pela PPP, a dívida do projeto fica com o parceiro privado, deixando espaço fiscal para o município investir em outros setores, enfatizou Torres.

"Temos uma agenda intensa para iluminação pública com os municípios", disse ele. O BNDES tem uma estimativa de R\$ 1 bilhão em investimentos no setor de iluminação pública, via PPPs, em oito projetos nos quais o banco está envolvido juntamente com municípios (*ver quadro abaixo*).

No setor de iluminação, o BNDES atua em municípios a partir de 300 mil habitantes. Em municípios com população menor, o banco tem feito parcerias, inclusive via Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). Torres disse que o banco formula o projeto, conduz os estudos técnicos e ajuda o município até a assinatura do contrato de concessão, passando pela assessoria ao certame.

No Rio Grande do Sul, o banco apoia um consórcio de 16 municípios, na região centro-sul do Estado, que pretende fazer uma concessão única para um parceiro privado na área de iluminação pública. O BNDES também espera que até o fim do ano haja processos licitatórios na área de iluminação pública em Porto

Alegre (RS), Macapá (AP) e Teresina (PI). O banco tem ainda contratação de estudos técnicos para projetos de iluminação em Pelotas (RS) e Vila Velha (ES) e negociações avançadas para outros empreendimentos no setor em Natal (RN) e Petrolina (PE).

De acordo com o BNDES, até dois anos atrás não havia, no Brasil, contratos de PPPs em iluminação pública com municípios. Segundo o banco, até 2015 esse era um escopo que cabia diretamente às distribuidoras de energia elétrica. Foi uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que deu a gestão da iluminação pública aos municípios. A partir daí o BNDES começou a desenvolver um trabalho no setor. O primeiro projeto desenvolvido pelo banco com um município foi em Belo Horizonte (MG), em 2016, onde foram instalados 180 mil pontos de iluminação. Torres disse que até o fim dos atuais mandatos dos prefeitos, em 2020, o BNDES espera entregar 20 projetos de iluminação pública. Nesses projetos, o banco irá assessorar os municípios e também poderá se envolver em outras iniciativas.

"Quando eu começar uma negociação com um município e ele fechar um mandato conosco [BNDES], podemos começar o projeto de imediato porque já teremos disponibilidade de consultorias [externas] contratadas para fazer esse serviço", disse Torres. Com esse objetivo, o BNDES vai contratar um conjunto de consultorias encarregadas de fazer a modelagem econômica-financeira, a parte jurídica e de engenharia dos projetos. De acordo com o BNDES, o segmento de iluminação pública atrai o interesse de investidores privados.

Há grandes operadores e empresas de tecnologia, como a japonesa Mitsui, que estão começando a entrar no setor no Brasil. A tecnologia da iluminação led permite, segundo o BNDES, usar a "telegestão", o acesso remoto aos pontos de luz, para oferecer outros serviços como monitoramento de trânsito e de condições meteorológicas, além de propaganda. Ainda de acordo com o BNDES, um dos principais benefícios da iluminação é a melhoria da segurança pública. Torres disse que, além da iluminação pública, o BNDES também vem olhando outras oportunidades em áreas como saneamento básico e resíduos sólidos.

No saneamento, o banco está conduzindo estudos em sete Estados (Rio, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Amapá, Acre e Pará). É bem possível, porém, que as decisões dos Estados sobre o que fazer a partir do fim dos estudos - se haverá venda ou concessão de ativos - fique para o próximo governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Resina verde

A Braskem está lançando mais uma resina produzida a partir da cana-de-açúcar. Depois do polietileno verde, a petroquímica desenvolveu uma resina EVA (copolímero etileno acetato de vinila) a partir de fonte renovável, com aplicação em setores como calçadista, automotivo e transporte. Em parceria com a americana Allbirds, a resina será empregada na nova linha de calçados Sugarfootwear, disponível nos Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália e Canadá. A Braskem fez adaptações na fábrica de Triunfo, no Rio Grande do Sul (RS), para a produção da resina renovável.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Metais sofrem em julho com disputa entre China e EUA

A ampliação das políticas protecionistas do governo americano Donald Trump e o bom desempenho da economia chinesa foram os principais vetores para a precificação das commodities durante o mês de julho, mesmo que em sentidos opostos.

Em 11 de julho, o governo americano anunciou uma série de medidas restritivas a US\$ 200 bilhões em produtos chineses, sujeitos a tarifas adicionais de importação de 10%. Logo em seguida, a China divulgou ações semelhantes como retaliação. O efeito no mercado de metais foi quase imediato, com o cobre e o zinco, importantes componentes de equipamentos eletrônicos presentes na lista de restrições, atingindo o menor patamar em 12 meses.

Desde então, os preços tem apresentado recuperação lenta, dando sinais que não deverão retomar os patamares registrados no início de 2018. O cobre negociado na Bolsa de Metais de Londres (LME) caiu 6,6% até 30 de julho, a US\$ 6.208 a tonelada. O zinco recuou 13,3% no mesmo período, para US\$ 2.523 a tonelada.

No ano, as desvalorizações para o cobre e para o zinco são de 13,7% e 23,3%, respectivamente.

"Na verdade, há duas questões importantes, que é como o protecionismo acaba afetando o comércio internacional e também tem a ver com a possibilidade de desaceleração do próprio mercado chinês", explica Felipe Beraldi, analista da Tendências Consultoria Integrada.

Em relatório recente, o banco Julius Baer também reviu suas expectativas para o cobre, e vê uma retomada limitada para o metal. Além dos efeitos negativo da guerra comercial entre China e Estados Unidos, o banco também aponta sinais de retomada da produção no Chile e na África além de um novo projeto em fase de desenvolvimento no Panamá.

Para o minério de ferro, o mês foi positivo, com a commodity negociada no porto chinês de Qingdao fechando julho a US\$ 68,19 a tonelada, segundo o índice da Metal Bulletin, que leva em conta o produto com 62% de ferro. No mês, a commodity fechou em alta de 4,8%, depois de cair 0,46% no mês anterior. Para 2018, a desvalorização ainda é de 6,1%.

O resultado de julho foi puxado principalmente pelo bom desempenho da siderurgia chinesa, maior consumidora mundial de minério de ferro. "Enxergamos essa valorização pela volatilidade do mercado, mas continuamos mantendo a projeção de que o minério voltará a apresentar queda no segundo semestre. O principal vetor é a China. Uma variável importante são os dados de produção de aço que continuam robustos, mas já vemos uma desaceleração industrial e de investimentos em ativos fixos", afirma Beraldi.

Como contraponto, explica o analista da Tendências, está o consumo de minério de maior qualidade, que é obtido principalmente via importações. Enquanto o teor de ferro do minério extraído na China está na casa dos 20%, o minério importado pelo Brasil, por exemplo, se aproxima dos 65% de ferro.

O minério de maior qualidade ajuda as siderúrgicas chinesas em dois sentidos. Primeiramente, ele consome menos carvão mineral, produto que registrou uma forte valorização no último ano. E o consumo menor de carvão é extremamente relevante para a redução da poluição, problema que tem preocupado cada vez mais as autoridades chinesas.

"É importante também ficar de olho nas políticas de restrição à poluição na China. O país passou por um momento delicado no ano passado e precisa ficar no radar de quanto essas políticas permanecerão. Se houver um endurecimento maior, pode haver um risco de pressão para cima também nos preços dos metais", afirma Beraldi.

O petróleo também sentiu os efeitos da guerra comercial e fechou julho em queda. Os contratos para outubro do Brent fecharam o mês em queda de 6,34%, a US\$ 74,21 o barril, na ICE Futures, em Londres. É a maior queda percentual em dois anos.

"A avaliação necessária a se fazer é que o petróleo é muito mais reativo a cenário internacional que o minério, a demanda global é mais pulverizada", completa o analista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Moro Martins | Para o Valor, de Curitiba

Título: Operação prendeu suspeitos de cartel em combustíveis

Uma operação da Polícia Civil e do Ministério Público do Paraná prendeu ontem três assessores comerciais da Petrobras Distribuidora, um gerente comercial e um assessor da Ipiranga Produtos de Petróleo e dois assessores comerciais da Raízen Combustíveis, que usa a bandeira Shell.

Eles são suspeitos de agir de forma criminoso para controlar o preço final do combustível nas bombas de postos de Curitiba. Há indícios de crimes de abuso de poder econômico e organização criminoso. Juntas, as empresas dominam 70% do mercado na capital, onde há 400 revendedores.

As prisões são temporárias, valem por cinco dias. A operação também cumpriu 12 mandados de busca e apreensão nas sedes regionais das distribuidoras em Curitiba. Nove pessoas (os oito presos e um gerente da Petrobras Distribuidora) tiveram o sigilo de e-mails quebrado.

A suspeita é de que o custo do combustível ao revendedor seria vinculado ao preço de venda na bomba. "O preço de venda [ao consumidor] vem fechado para o posto. Então, se ele quiser comprar mercadoria por um preço, terá de aceitar vender por outro já fixado [pela distribuidora]. Se discordar, sofre retaliação. Um posto que entrou em conflito com a distribuidora passou a ser obrigado a comprar combustível por um valor maior que o de revenda", explicou o promotor Maximiliano Deliberador.

A investigação começou há um ano, a partir de uma delação premiada firmada por três donos e um funcionário de postos de combustíveis de Curitiba com o MP. A investigação é limitada à capital paranaense.

O esquema funcionava entre cada distribuidora e os proprietários dos postos que operam com a bandeira delas. O esquema que as autoridades suspeitam existir é sofisticado. Haveria variações, por exemplo, de acordo com a região da cidade - critérios como o padrão de renda de determinado bairro ou a concorrência de postos que operam sem bandeiras balizariam o preço final.

As distribuidoras verificavam se os preços combinados eram de fato praticados. "Quando diz que vai praticar determinado preço, o proprietário tem de mandar a foto da bomba para o funcionário da distribuidora. Em alguns casos, motoboys são contratados para fazer uma ronda pelos postos e confirmar os valores", disse Figueiroa. "Temos vídeos, áudios, interceptações telefônicas que confirmaram os indícios de abuso do poder econômico", afirmou o delegado Renato Figueiroa, chefe da Divisão de Combate à Corrupção da Polícia Civil.

As investigações prosseguirão para apurar quantos donos de postos de fato aceitaram participar do esquema - eles devem ser denunciados, junto com os executivos de Petrobras Distribuidora, Ipiranga e Raízen, por organização criminosa. Além da denúncia criminal, um inquérito civil foi aberto que "deverá dar origem a uma ação de direito do consumidor contra as três distribuidoras, que terá o efeito de reprimir e prevenir a prática em todo o país", disse Deliberador.

A Petrobras Distribuidora informou que "pauta sua atuação pelas melhores práticas comerciais, concorrenciais, a ética e o respeito ao consumidor, exigindo o mesmo comportamento de seus parceiros e força de trabalho".

A Raízen informou que está avaliando o teor dos autos "de forma a permitir o absoluto respeito ao devido processo legal, garantindo total transparência para elucidação da verdade dos fatos". Afirmou possuir "os mais altos padrões de governança em relação às suas políticas comerciais, razão pela qual entende ser improvável que os referidos autos revelem qualquer desvio de procedimento ou conduta". E que, por força de lei, os preços nas bombas são definidos exclusivamente pelo revendedor.

A Ipiranga informou que ainda não teve acesso ao inquérito "e que as medidas cabíveis serão tomadas tão logo isso aconteça". "A empresa ressalta que não incentiva práticas ilegais, não compactua com atividades que violem o seu Programa de Compliance e preza pela transparência e ética em todas as suas ações e relações." **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cteep otimiza investimentos para aumentar rentabilidade de projetos

A transmissora ISA Cteep planeja concluir as obras das duas linhas de transmissão arrematadas no leilão de junho com metade dos R\$ 880 milhões em investimentos projetados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Temos um compromisso de sempre ter dois dígitos de retorno em investimentos, e conseguimos algumas condições que permitem isso, como antecipação de entrada em operação, redução de 'capex' e uma estrutura de financiamento mais eficiente", disse ao **Valor** Rinaldo Pecchio, diretor financeiro e de relações com investidores da transmissora.

Desde 2016, depois de definidas as regras de pagamento das indenizações pelos ativos antigos de transmissão cujas concessões foram renovadas antecipadamente em 2012, a Cteep voltou a ser figura presente nos leilões realizados no país, cada vez mais concorridos. Considerando os dois lotes de junho, já são 10 projetos novos em construção, que vão acrescentar R\$ 447 milhões em receita anual permitida (RAP) à companhia.

Um dos objetivos é repor a receita perdida pela companhia com a renovação das concessões antigas. A transmissora, porém, prioriza projetos que tenham a rentabilidade adequada. "Não olhamos projetos do ponto de vista da receita que queremos ter, mas sim de uma alocação de capital que faça sentido", disse Pecchio. A Cteep deve avaliar os ativos licitados no certame previsto para dezembro, mas sua participação dependerá disso.

Para fazer frente aos investimentos, a Cteep conta com a receita das indenizações e com recursos de emissões. Ao fim de junho, a companhia tinha R\$ 638,2 milhões em disponibilidades, reflexo, em parte, da emissão de R\$ 621 milhões em debêntures verdes. Segundo Pecchio, os recursos devem ser suficientes para os investimentos até, pelo menos, o segundo trimestre do ano que vem. Depois disso, podem ser avaliadas novas operações no mercado.

A entrada das indenizações também afetou os resultados da Cteep no segundo trimestre. A companhia teve lucro regulatório (considerado uma expressão melhor da geração de caixa) de R\$ 342,4 milhões, crescimento de 353,7% em relação ao ganho de R\$ 75,5 milhões apurado no mesmo intervalo de 2017. O forte aumento é reflexo do início do recebimento das indenizações, em julho do ano passado.

A receita somou R\$ 739,4 milhões no trimestre, crescimento de 180,9%. Desse total, R\$ 497,3 milhões se referem às indenizações. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R\$ 682,9 milhões de abril a junho, crescimento de 253,1% na comparação anual. Sem as indenizações, o avanço teria sido de 19,8%, para R\$ 231,3 milhões.

MME / ASCOM .